

Rural

rural@correiodopovo.com.br

Editor: **Elder Ogliari**

Editor assistente: **Danton Júnior**

Cotações

Soja grão – Bolsa de Chicago – US\$ Bushel		
	Varição	Fechamento
9/Setembro/2015		
Setembro/2015	-0,08	8,82¾
Novembro/2015	-0,07	8,72¾
Janeiro/2016	-0,06¼	8,76
Março/2016	-0,05½	8,78½
Mai/2016	-0,05¼	8,80½
Julho/2016	-0,04¾	8,84¼
Agosto/2016	-0,05	8,83

Bovino gordo em pé/kg		
Semana de 7/Setembro/15 a 11/Setembro/2015 (*)		
	Boi	Vaca
Mínimo	R\$ 4,65	R\$ 4,00
Médio (**)	R\$ 4,84	R\$ 4,26
Máximo	R\$ 5,10	R\$ 4,80

(*) Média ponderada obtida entre praças consultadas
Fonte: Emater

China abre mercado aos lácteos brasileiros

Resultado da negociação foi considerado 'ótimo' pela ministra Kátia Abreu

A ministra da Agricultura, Kátia Abreu, anunciou ontem que a China abriu, pela primeira vez, mercado para a importação de produtos lácteos brasileiros. “Depois de propormos uma remodelagem do nosso certificado e fazermos algumas alterações, tivemos essa ótima notícia por parte da China”, disse a ministra, destacando que a negociação se prolongava desde 1996. A partir de agora, as indústrias interessadas em exportar leite em pó e outros derivados ao país asiático já podem pedir habilitação. Kátia informou que irá à China em outubro para cancelar a troca comercial.

A China é o maior comprador de lácteos do mundo, com importações de 6,4 bilhões de dólares, equivalentes a 14% dos 47 bilhões de dólares comercializados no ano passado. Segundo o

Ministério da Agricultura (Mapa), os embarques de lácteos para a China poderão representar incremento de 45 milhões de dólares ao ano na pauta brasileira. Em 2014, o Brasil exportou 345 milhões de dólares, ou 83 mil toneladas em derivados do leite, sendo que o leite em pó corresponde a 60% dos produtos enviados ao exterior. Os embarques tiveram como principais destinos a Venezuela, Argélia, Arábia Saudita, Angola e Egito.

O setor lácteo gaúcho comemorou o anúncio. “Abre melhores condições para expansão da produção”, avalia o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, sobre a possibilidade de exportar para a China. Ele destaca que esse era um pleito antigo do setor, importante para manter a competitividade com outros estados. “A China tem boas intenções e potencial de compra. É

uma excelente notícia”, comemora o presidente do Instituto Gaúcho do Leite (IGL), Gilberto Piccinini. O dirigente considera que há oportunidade de exportar, também, soro em pó. Com 4,8 bilhões de litros de leite ao ano, o Rio Grande do Sul é o segundo maior produtor do país, responsável por 13% da produção nacional, de 36 bilhões de litros.

Há dois meses, o governo anunciou que a lista de laticínios habilitados a exportar para a Rússia foi ampliada com mais 13 empresas, chegando a 26. O país euroasiático é o segundo maior importador do mundo. Em 2014, o mercado russo fez compras equivalentes a 3,4 bilhões de dólares ou 7% de tudo que foi comercializado em lácteos. “Abrimos os dois maiores mercados mundiais de produtos lácteos”, ressaltou a secretária de Relações Internacionais do Mapa, Tatiana Palermo. Das 13 novas plantas habilitadas para a Rússia, três são gaúchas: CCGL, de Cruz Alta, Cosuel, de Lajeado, e Lactalis, de Teutônia. O setor acredita que todas têm condições de serem habilitadas para exportar à China.

As liberações para a Rússia resultaram de visita da ministra Kátia Abreu a Moscou, em julho. No próximo fim de semana, a titular da pasta retorna àquele país em missão oficial do vice-presidente da República, Michel Temer.

RICARDO GIUSTI / CP MEMÓRIA



Guerra, presidente do Sindilat, lembrou que acesso à China era um pleito antigo do setor

ABIGEATO

Aprovadas penas mais rigorosas

A Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que torna mais rigorosas as penas para membros de quadrilhas de abigeatários e demais elos da mesma cadeia criminosa, como os receptadores e ocultadores de animais. De autoria do deputado Afonso Hamm, o PL 6.999/2013 segue agora para o Senado, onde precisa de maioria simples para ser remetido à sanção da presidente Dilma Rousseff. “Engloba a receptação, a saúde pública, a ocultação, o transporte, enfim, toda a cadeia do crime. A polícia não terá mais dificuldade para enquadrar o criminoso. Está tudo bem tipificado na lei agora”, destacou Hamm.

MORMO

Suspeitas em 31 municípios do RS

O número de municípios gaúchos que têm ou já tiveram suspeita de mormo em equinos subiu para 31, com a inclusão, nesta semana, de mais cinco – Camaquã, São Nicolau, Machadinho, Esmeralda e Cruzeiro do Sul – na lista. Segundo a Secretaria da Agricultura, no momento há 30 equinos de 21 municípios em investigação. Enquanto o Lanagro de Recife não libera o resultado do teste complementar, as propriedades permanecem interditadas. Até agora, apenas um caso foi confirmado, em Rolante. Sete suspeitas – quatro em Rolante, uma em Cruzeiro do Sul, Igrejinha e Rio Grande – já foram descartadas.

CRUZ ALTA
AMANHÃ - SEXTA - 15h

700 BOVINOS 350 TERNEIROS (as)
150 VACAS vazias/prenhas
100 BOIS 1-2a
100 NOVILHAS 1-2a

CADASTRO ANTECIPADO
55 3322 6640 - 9113 1300

cambará 30
Remates de Qualidade
www.cambararemates.com.br

ALEGRETE
Parque do Sindicato Rural

HOJE - 5ª FEIRA - 18h

FEIRA AGENDA DE NOVILHOS
800 NOVILHOS
Revisados e Selecionados

*DESTAQUE: 500 cr. Britânicas
duas procedências
*30 CRIoulos - 10 éguas - 20 cavalos
*Mansos registrados da Cabanha Sã Brito

AGENDA (55) 3422.4664/4457
Antecipe seu cadastro pelo site:
agendaremates.com.br

SDR faz aquisições da agricultura familiar

A Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo (SDR) abriu chamada pública para aquisição de alimentos da agricultura familiar para abastecer presídios de Porto Alegre, Charqueadas, Montenegro e Osório. Cooperativas e produtores rurais familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) podem se candidatar a fornecer hortigranjeiros, carnes, ovos, cereais, leite, massas e óleo de soja. A sessão pública para recebimento de documentos está marcada para o dia 24.

QUESTÃO AGRÁRIA

Anulada demarcação da área indígena Mato Preto

O juiz Joel Luis Borsuk, da 1ª Vara Federal de Erechim, deu ganho de causa ontem a 300 agricultores familiares que moveram ação questionando a legitimidade de estudos antropológicos que resultaram na demarcação, pela Funai, de 4.230 hectares nos municípios de Erebangó, Getúlio Vargas e Erechim. Conforme a assessoria do TRF4, a decisão do magistrado anula a portaria 2.222/2012, do Ministério da Justiça, que definiu o território como área indígena, denominando-a de Mato Preto. Réus no processo, Funai e Ministério Público Federal (MPF) ainda podem recorrer da decisão.

De acordo com o assessor jurídico do Sistema Farsul e defensor dos produtores no caso, Nestor Hein, o juiz afirmou, durante

a explanação da sentença, que o estudo da Funai não o convenceu da existência de tradicionalidade indígena naquela região. “Prevaleceu o bom senso e a verdade. Nessa região são todos pequenos produtores, com áreas de 10 a 15 hectares em média, que provavelmente iriam parar na rua da amargura”, disse. “Estamos confiantes que a decisão será mantida em um eventual recurso. Os magistrados têm a tendência de seguir as decisões dos colegas de primeira instância, que são os que vivenciam os fatos”, completou.

O presidente da Comissão de Assuntos Fundiários da Farsul, Paulo Ricardo Dias, disse que a sentença evidencia que a Funai está forçando situações, “buscando terra onde não existe”.

Indenização passa no Senado

A proposta de emenda à Constituição (PEC) 71/2011, que fixa indenização para os proprietários de terras que forem homologadas como reservas indígenas a partir de 5 de outubro de 2013, foi aprovada pelo Senado na noite de terça-feira. A matéria passa agora para análise da Câmara Federal. O deputado Alceu Moreira destacou que o rito será igual ao do Senado. Para ser promulgada pelo presidente do Congresso, uma PEC precisa ser aprovada duas vezes em cada Casa legislativa e somar, pelo menos, 75% dos votos em cada uma das apreciações. “Tão logo terminou a votação lá no Senado, já iniciamos o trabalho de conscientização por aqui de que esta é a melhor maneira de compensar danos promovidos pelo

próprio Estado brasileiro e por eventuais estudos fraudulentos por parte da Funai”, ressaltou Moreira.

Convencido de que a PEC passará com folga pelo plenário da Casa, o também deputado Luis Carlos Heinze já vislumbra o passo seguinte: o de garantir previsão orçamentária para indenizações de produtores que estejam em áreas indígenas. “Começamos a virar o jogo. Era tudo muito fácil, afinal, não tinha que pagar nada. Quero ver arrumarem dinheiro agora.”

De autoria do senador Paulo Bauer, de Santa Catarina, a PEC determina que o Estado brasileiro indenize o produtor que tiver de devolver uma área comprovadamente indígena depois de comprá-la de boa-fé.

HS consórcios
Uma empresa do Grupo Herval

0800 644 9007

CARTA DE CRÉDITO MEIA PARCELA - 180 meses		CARTA DE CRÉDITO MEIA PARCELA - 100 e 120 meses	
80.000,00	273,36	34.670,00	201,08
115.000,00	392,96	62.940,00	365,05
200.000,00	683,40	82.835,68	480,45
578.469,94	1.976,63	240.825,33	1.396,79

Invista no seu futuro, pagando **METADE DA PARCELA** até a contemplação

SIMULE SEU CONSÓRCIO **hsconsorcios.com.br**